

# Benevides: não a vetos à rolagem

O GLOBO

1 - MAR 1992

BRASÍLIA — O presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDb-CE), disse ontem que vai votar pela derrubada dos vetos do presidente Fernando Collor à lei de rolagem da dívida de US\$ 57 bilhões dos estados e das prefeituras com a União. Os vetos entram na pauta do Congresso Nacional no próximo dia 11.

Quatro governadores de estados que estão com as finanças saneadas — Ciro Gomes, do Ceará; Vilson Kleinubing, de Santa Catarina; Roberto Requião, do Paraná; e Albuíno Azeredo, do Espírito Santo — estão mobilizando as bancadas de deputados de seus partidos para derrubar os vetos. Os governadores acham que foram injustiçados pela decisão de Collor de eliminar da lei aprovada no final do

ano passado os artigos que concediam vantagens aos estados que estão em dia com seus compromissos financeiros e que não precisam rolar dívidas com a União.

Além da apreciação dos vetos pelo Congresso, falta ao Senado elaborar uma resolução para estabelecer os limites financeiros para o endividamento de estados e municípios. Essa é uma atribuição exclusiva do Senado, que dois partidos — o PSDB e o PST — consideram usurpada pelo Congresso, ao aprovar uma lei de rolagem proposta pela Câmara. Os partidos contestam no Supremo Tribunal Federal a constitucionalidade da lei.

Em depoimento no Senado na última quinta-feira, o ministro da Economia, Marcílio Marques

Moreira, confirmou, a pedido dos senadores, a interpretação do governo, que considera que os contratos de rolagem das dívidas estaduais e municipais não poderão ser assinados antes da publicação da resolução que vai definir os limites do endividamento. Benevides disse que espera sancionar a resolução até o dia 20 deste mês.

O governo, porém, não esperou a resolução do Senado e regulamentou por decreto a lei de rolagem das dívidas. Esta atitude levou Benevides a pedir à sua assessoria técnica uma avaliação sobre a legalidade do decreto. O senador Humberto Lucena, líder do PMDB — partido que patrocinou a lei da rolagem — entende que a autonomia do Senado continua respeitada.